

A política econômica do governo de Fernando Collor: breves considerações sobre a historiografia brasileira

Kauê Silva de Araújo

Resumo: O presente trabalho tem como tema a política econômica do governo Fernando Collor de Mello. Primeiro presidente do Brasil eleito em eleições diretas pós ditadura militar, Collor tomou posse em uma conjuntura de crise econômica, e a forma como seu governo lidou com a crise se faz presente nos livros de História do Brasil. O principal objetivo é analisar, por meio da revisão bibliográfica, como algumas obras de grande circulação abordam essa política econômica. A metodologia do trabalho engloba, primeiramente, a análise de como os autores (as) selecionados apresentaram a política econômica do governo, suas principais críticas e o que mais se faz presente na obra de cada autor. O trabalho está dividido em duas partes. Inicialmente, as obras escolhidas são analisadas, com enfoque em como cada uma delas compreendeu a administração de Collor, com foco em suas políticas econômicas. Na segunda parte, busca-se aprofundar algumas questões nas interpretações, especialmente sobre a relação da política econômica de Collor com o cenário internacional.

Palavras-chave: História do Brasil; Fernando Collor; Historiografia; Política Econômica.

Introdução

No cenário político e econômico brasileiro, a década de 1990 emerge como um período de transformações significativas, marcado por tentativas de reestruturação e modernização do sistema econômico nacional. O governo de Fernando Collor de Mello, eleito após quase trinta anos sem eleições diretas, aparece como momento importante da História do Brasil. A década de 1990 se inicia, argumenta Francine de Lorenzo Andozia (2019) com os brasileiros amargando os resultados de quatro planos – Cruzado (1986), Cruzado II (1986) Bresser (1987) e Verão (1989) – econômicos fracassados em apenas quatro anos.

Sobre a caracterização da conjuntura brasileira, em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente da república desde o fim da ditadura militar. Segundo o historiador Carlos Fico (2015) a eleição foi emblemática, e o que estava em pauta era a busca pela mudança. O segundo turno das eleições presidenciais foi vencido por Fernando Collor, do Partido da reconstrução Nacional¹ (PRN), que derrotou Luiz Inácio Lula da

¹ Partido político de direita, criado em 1985.

Silva², do Partido dos Trabalhadores³ (PT). A porcentagem total do segundo turno ficou em 53,04% para Fernando Collor, e 46,97% para Luiz Inácio. Sobre o início do novo governo, o sociólogo Brasílio Salum Jr (2018) afirma que já na sexta feira (um dia após a posse), Collor assinou as primeiras medidas provisórias do seu projeto econômico, cujo a primeira versão ficou conhecida como “Plano Collor”.

Sobre a década de 1980, Andozia (2019) argumenta que a maior parte da população brasileira empobreceu, afetada pela incapacidade do governo de administrar a economia. A precarização da condição de vida da população era evidente e não era difícil encontrar trabalhadores qualificados com formação universitária tendo que trabalhar em “bicos” para pagar as contas, uma vez que o salário não era suficiente.

Outro fator importante é a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988. O historiador Jorge Ferreira (2018) aponta que a nova constituição contava com novos dispositivos que ampliavam a participação popular no cenário político do país. A nova constituição, segundo Ferreira (2018), teve um avanço nas áreas de direitos civis e sociais, pois considerou como dever do Estado as áreas de educação, saúde, segurança, alimentação e previdência social.

Acerca do contexto e aos acontecimentos exteriores durante o final da década de 1980, Ferreira e Delgado (2018) descrevem que a crise da União Soviética, a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha foram eventos que impactaram os anos finais do século XX. Esses fatores marcam também os últimos acontecimentos da Guerra Fria. O historiador Boris Fausto (1994) coloca que os últimos anos de 1980 foram marcados pela queda do Leste Europeu, e que nesse contexto o ideário liberal ganhou enorme projeção.

Ademais, Ferreira e Delgado (2018) observam que a década de 1980 também marca o fim das ditaduras na América do Sul. A Ditadura argentina terminou em 1983, a paraguaia, de Alfredo Stroessner⁴ terminou em outro golpe militar em 1989, e a chilena de Pinochet⁵ foi derrotada por plebiscito em 1988.

Retornando ao contexto brasileiro, é importante acrescentar que a eleição de 1989 ocorreu em meio a impopularidade do governo que estava no poder. Segundo

² Luiz Inácio Lula da Silva, nasceu no 27 de outubro de 1945, em Pernambuco. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e ocupou o cargo de presidente da república do Brasil de 2003 a 2010, sendo reeleito em 2022, assumindo novo mandato presidencial a partir de janeiro de 2023.

³ Partido político de centro-esquerda, fundado em 1980.

⁴ Ditador paraguaio, governou o Paraguai como presidente de 1954 a 1989.

⁵ Ditador chileno, governou o Chile de 1974 a 1990.

Schwarzc e Starling (2015), a aprovação do governo Sarney ia se tornando cada vez pior, concomitantemente a alta inflação, baixo índice de popularidade e denúncias de corrupção. Toda essa conjuntura ocorria também em decorrência do fracasso do primeiro plano de estabilização econômica, o Plano Cruzado⁶.

Sobre como a alta dos preços influenciava o cotidiano da população, Ferreira (2018) apresenta que os trabalhadores e os mais pobres sofriam com o aumento da inflação, e que, ao receberem seus salários, iam depressa aos mercados, pois os preços já iriam aumentar no dia seguinte.

No início da década de 1990, os economistas Luís Carlos Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano (1991) constatam que a economia brasileira ainda sofria com as mazelas da hiperinflação, com a taxa de porcentagem alcançando 56% em janeiro, 73% em fevereiro e 84% em março. É dentro dessa conjuntura que Fernando Collor toma posse no dia 15 de março de 1990. Diante desse cenário, uma das primeiras medidas foi o anúncio de um cobiçoso programa econômico de estabilização, que incluía uma intensa reforma monetária.

O pacote econômico, segundo Andozia (2019) tinha como claro objetivo tirar o país da crise econômica, principalmente, da crise inflacionária, da desigualdade social e da corrupção presente nos setores público e privado. Para Bresser-Pereira (1990) o plano econômico desejava acabar com a inflação com um só golpe.

Esse pacote econômico, seus objetivos, sua implementação e consequências, são temas fundamentais da História do Brasil recente. Por conseguinte, são objetos de objetos de análise dos historiadores e estão presentes nos livros de História. Por conseguinte, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar, por meio da revisão bibliográfica, como a historiografia brasileira apresenta e analisa o projeto econômico do governo Fernando Collor de Melo.

A problemática principal que será desenvolvida é a de como esse projeto econômico foi descrito pelos historiadores brasileiros. Quais foram as interpretações daqueles que se propuseram a escrever sobre o período e como eles retrataram o mesmo. A crescente inflação do início da década de 1990, a forma como o governo lidou com a crise econômica, sua orientação, e as consequências sociais são os elementos mais importantes que serão investigados no decorrer da pesquisa.

⁶ Plano econômico para estabilizar a economia, lançado em 1986, durante o governo de José Sarney. Contava com medidas como: congelamento de preços, mudança de moeda e instituição do gatilho salarial, que aumentava os salários caso a inflação chegasse a 20%. (Schwarzc e Starling, 2015)

Esta pesquisa justifica-se pela relevância de revisitar o que foi escrito pelos historiadores sobre o Brasil de Collor, uma vez que é um período recente muito importante e que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Igualmente, ao fazer essa análise, se percebe questões que necessitam de um aprofundamento. A partir dessas discussões sobre a temática, novos debates sobre a contemporaneidade do Brasil serão viabilizados, o que compreende também o tratamento da temática em sala de aula e um melhor aperfeiçoamento dos livros didáticos que retratam esse período.

Cabe ponderar que, segundo o economista Carlos Eduardo Carvalho (2003) a frustração dos objetivos anti-inflacionários do projeto econômico do governo Collor é um tema pouco trabalhado no debate histórico-econômico brasileiro. Isto posto, este trabalho também se justifica para recolocar a temática nas discussões sobre o Brasil contemporâneo, com um aprofundamento das questões colocadas pela historiografia.

Acerca da metodologia, trata-se de uma pesquisa de análise bibliográfica que busca discutir a produção historiográfica recente. O procedimento metodológico da pesquisa se deu a partir da seleção de obras relevantes que abordam acerca da História do Brasil, englobando o período que será analisado.

As obras selecionadas para análise foram: 1) Brasil: Uma Biografia, de Lilia Schwarcz e Heloísa Starling; 2) História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais, de Carlos Fico; 3) O Brasil Republicano, Volume V, Capítulo 5, O governo e impeachment de Fernando Collor de Melo, de Brasília Sallum Jr.; e Um País Chamado Brasil, de Marco Antonio Villa.

A escolha dessas obras se justifica por serem obras que tratam de História do Brasil, de fácil encontro para compra, de grandes editoras e de terem sido escritas por pessoas graduadas na área tanto da História como em outras áreas das ciências humanas. São obras que apresentam um caráter introdutório, o que tornam essas obras referências para o grande público, não apenas para o público acadêmico especializado. Além disso, das quatro obras analisadas, duas se encontram na parte de referências em livros didáticos nacionais.

O presente artigo está dividido em duas partes. Num primeiro momento, aborda-se as obras selecionadas e se apresenta uma breve análise sobre como cada uma delas descreveu e interpretou o governo Collor, com ênfase em seus planos econômicos. Já na segunda parte, realiza-se uma análise sobre as considerações da historiografia, na qual buscamos detalhar questões nas interpretações, especialmente sobre a caracterização do cenário internacional e sobre como a política de Collor se relaciona com ela.

O Plano Collor na historiografia brasileira

1) Brasil: uma biografia

A primeira obra historiográfica aqui abordada será o livro *Brasil: uma biografia*. Publicado em 2015 e escrito pelas historiadoras brasileiras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling.

Em primeiro lugar, antes de abordar acerca de como o projeto econômico do governo Collor é tratado no livro, faz-se necessário apresentar algumas informações sobre as duas autoras que escreveram o livro e algumas características de suas historiografias, Lilia Katri Moritz Schwarcz e Heloísa Maria Murgel Starling.

Sobre a primeira autora, Lilia Katri Moritz Schwarcz é uma historiadora e antropóloga brasileira, possui graduação em História pela Universidade de São Paulo, mestrado em antropologia social pela Universidade de Campinas (Unicamp) e doutorado na mesma área pela Universidade de São Paulo. Atualmente, faz parte do grupo de membros da Academia Brasileira de Letras e é professora titular na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo e professora visitante em Princeton, Estados Unidos. Trabalha com temas relacionados a história antropológica, abordando temas socioculturais e suas relações político-econômicas. Entre suas publicações, destacam-se as obras *Sobre o autoritarismo brasileiro*, *Enciclopédia negra* e *As barbas do imperador*.⁷

A segunda autora, Heloísa Murgel Starling, é uma historiadora e cientista política brasileira, é graduada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui mestrado em Ciência Política pela mesma universidade. É doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Atualmente é professora do departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui obras nas áreas de História do Brasil, Brasil Republicano e Ciências Políticas.⁸

Ademais, as duas autoras, descreveram juntas no livro *Brasil: Uma biografia* grande parte da história do Brasil, desde a colonização até a Nova República. Escreveram

⁷ De acordo com informações da Plataforma Lattes CNPq. Link: <http://lattes.cnpq.br/3246688180226963>

⁸ Ibidem. Link: <http://lattes.cnpq.br/3321652451642202>

também sobre a História do Brasil no ano de 1990, ano em que Fernando Collor assume a presidência e começa a implementar seu projeto econômico. Para o presente trabalho, o que nos interessa é a descrição das autoras sobre este projeto e suas consequências.

Em suas análises, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling descrevem o que pensavam sobre o projeto econômico e suas consequências sociais. As duas historiadoras descrevem o pacote econômico da seguinte forma:

O plano se revelaria frágil. Tinha um forte componente voluntarista, e o pacote de reformas anunciadas pelo governo — fiscal, bancária, patrimonial — não poderia ser feito por decreto. A pior notícia, ela guardou para o final de sua exposição. Estava bloqueada, nos bancos, parte do dinheiro das contas-correntes, das aplicações financeiras e das cadernetas de poupança. Essa quantia seria devolvida depois de dezoito meses, assim mesmo em doze prestações, o que significava que iria ocorrer uma redução real no valor do dinheiro — vinte anos depois, 890 mil ações individuais e 1030 ações coletivas de poupadores ainda tramitavam na Justiça. Cada brasileiro poderia sacar apenas 50 mil cruzeiros — 1250 dólares — na antiga moeda que acabava de ser ressuscitada. Além disso, os salários estavam congelados, as tarifas de serviços públicos seriam aumentadas e o Banco Central decretou feriado bancário de três dias (Schwarcz e Starling, 2015, p. 493).

Destaca-se que as autoras tecem críticas ao plano – se referindo a ele como “frágil” – e ao confisco, que será tratado como a “pior notícia” anunciada pelo pacote. Consideram também que o plano é “voluntarista” e que “não poderia ser feito por decreto”, isto é, precisava da participação da população para que desse certo e não poderia ser implementado de cima para baixo, necessitando da voluntariedade popular.

Ademais, dissertam também a reação dos jornalistas que, segundo as autoras, estavam alarmados ao tomarem conhecimento do grande número de dinheiro que circulava nos bancos e que fora confiscado.

Os jornalistas calcularam que o país tinha, em conta-corrente, aplicações e poupança, cerca de 120 bilhões de dólares e perceberam, alarmados, que o governo estava confiscando 95 bilhões de dólares — 80% de todo o dinheiro que circulava nos bancos. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 493).

Em sua análise, as autoras vão descrever também de como ficou a vida social no pós-confisco. Schwarcz e Starling descrevem os acontecimentos da seguinte forma:

A vida virou de pernas para o ar. Ninguém podia comprar, o consumo caiu e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Empresas quebraram, o país perdeu a capacidade de poupar, e a população compreendeu que ia precisar de sorte para enfrentar os meses seguintes: cancelou projetos pessoais, negociou a saúde em longas prestações e avaliou que seria difícil quitar suas dívidas ou saldar o carnê de

mensalidades. Mas, surpreendentemente, a sociedade brasileira aceitou o confisco. Seja porque estava exausta das consequências da hiperinflação, seja porque Collor, com a legitimidade de quem acabava de ser eleito pelo voto popular, afirmava não existir alternativa, por algum tempo o Brasil acreditou quando ele dizia que aquela era a única medida possível para derrotar a inflação. (Schwarcz E Starling, 2015, p. 493)

As historiadoras retratam uma vida social com muita dificuldade no pós-confisco. Desemprego, carestia, falta de dinheiro para realizar compras simples e outros fatores são retratados. Todavia, as autoras acrescentam uma consideração que pode estar em divergência com outros historiadores, Schwarcz e Starling afirmam que a sociedade brasileira “aceitou” o confisco, o que suscita divergências com outros historiadores, que serão apresentados, e que descrevem uma outra repercussão do confisco perante o corpo social brasileiro.

Ademais, as autoras classificam como ineficazes as medidas econômicas posteriores ao Plano Collor:

A política econômica seguia desnordeada: para cada subida de preços, o governo adotava uma medida nova, violenta e ineficaz — congelamento de salários, liberação de preços, aumento de impostos. Pouco mais de um ano depois de tomar posse, a ministra da Economia foi substituída, a credibilidade do governo despencou, e a população ficou alérgica a planos econômicos. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 494)

Dez meses após o primeiro plano do projeto econômico, Collor lançou o seu segundo intento, que ficou nomeado de “Plano Collor II”. Acerca de tal medida, Schwarcz e Starling (2015) descrevem que a inflação estava novamente em alta e a crise econômica havia se tornado “endêmica”, onde pedidos por reajustes salariais estavam em alta por todo o país.

Sobre a forma que o governo tentou lidar com a crise, Schwarcz e Starling (2015) argumentam que Collor optou por iniciar um plano de privatizações das empresas estatais e, ao mesmo tempo, reduziu tarifas e abriu o Brasil para a entrada de produtos do mercado internacional. Ademais, as autoras também observam que, para cada subida de preço, o governo adotava medidas violentas e ineficazes, tais como congelamento de salários, liberação dos preços e aumento de impostos.

Por fim, as historiadoras concluem que pouco mais de um ano após tomar posse, a ministra da economia foi substituída, a credibilidade do governo caiu demasiadamente e “a população ficou alérgica a planos econômicos” (Schwarcz e Starling, 2015, p.494). Cabe apontar aqui que, no início do governo, as autoras descrevem que a sociedade

aceitou o confisco, porém, já no segundo plano econômico em 1991, o corpo social demonstrava antipatia com o projeto econômico.

Em suma, Schwarcz e Starling retratam dessa forma o projeto econômico do governo Collor, realizando críticas à política econômica e tratando-a como ineficaz. Apontam fatores como a ausência de resultados positivos, a continuidade da alta inflação e uma política de arrocho salarial. Descrevem inúmeras dificuldades vivenciadas pela sociedade brasileira durante o período. Esta que, por sua vez, de acordo com a interpretação das autoras, aceitara o confisco. E só então, elas descrevem a quebra de confiança da população no presidente e sua política econômica.

2) História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais

A segunda obra historiográfica aqui abordada será a do historiador Carlos Fico, que analisa o período histórico em seu livro *História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais* publicado, em 2015. Carlos Fico é bacharel em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é professor titular de História do Brasil na UFRJ e tem trabalhado nas áreas de historiografia brasileira, ditadura militar no Brasil e na Argentina e rebeliões populares no Brasil republicano. Entre suas obras, destacam-se: *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*, *O Golpe de 1964: momentos decisivos* e *O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*.⁹

Abordando a conjuntura brasileira dos anos 1990, Fico (2015) argumenta que Collor se tornou o presidente mais novo da história do Brasil, com apenas 40 anos, e teve dificuldades para montar sua equipe de governo, além de não contar com uma estrutura partidária de apoio, pois se elegeu por um partido de menor expressão, o Partido da Reconstrução Nacional. Acerca das medidas econômicas, Fico (2015) descreve que o presidente optou por criar um superministério, englobando os ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio em um só, o da Economia, que seria comandado pela ministra Zélia Cardoso de Mello. O historiador comenta que a fragilidade partidária facilitou a escolha das cadeiras mais importantes do governo, visto que Collor não tinha

⁹ De acordo com informações da Plataforma Lattes CNPq. Link: <http://lattes.cnpq.br/7388174968659045>

nomes. Sobre o plano econômico, Fico o descreve como “O mais surpreendente intento de combate à inflação brasileira no século XX” (Fico, 2015, p. 119).

Em sua interpretação sobre as consequências do bloqueio das poupanças, Fico argumenta: “o impacto do bloqueio foi tão grande que, ainda hoje, ele é lembrado apenas como “o plano que confiscou a poupança” - exatamente o que Collor disse que Lula faria”(Fico, 2015, p. 119). O historiador afirma que o impacto exorbitante da medida econômica fez com que até os dias de hoje o plano seja lembrado apenas pelo fato de ter confiscado a poupança. Igualmente, relembra o embate entre os adversários da corrida eleitoral do ano anterior, onde o presidente Collor havia acusado o seu adversário, Lula, de que ele que confiscaria as poupanças.

Faz-se necessário apresentar o que o autor pensava das medidas econômicas em si, isto é, como ele caracteriza o pacote econômico. A propósito, Fico define da seguinte forma:

Era uma desesperada tentativa de bloquear a liquidez e conter a inflação: cerca de 95 bilhões de dólares foram confiscados. A velha moeda, o cruzado novo, continuou a circular, mas os depósitos foram todos convertidos. Em uma situação como essa, dificilmente alguém se aventuraria a comprar o que fosse, além de alimentos e outros itens básicos, mas, ainda assim, o plano também decretou o congelamento dos preços (Fico, 2015, p. 119).

Em sua interpretação, o plano foi uma medida “desesperada” de bloquear o excesso de dinheiro e controlar a inflação. Fico descreve que naquela conjuntura os saques excedentes também estavam bloqueados e, em tais condições, diante de tamanha incerteza sobre as condições econômicas, as pessoas se limitaram a comprar somente itens básicos.

Acerca de como ficou a vida social depois do bloqueio, Fico é enfático ao tratar as tribulações que acometeram a sociedade brasileira:

Muitos problemas surgiram: aposentados queriam sacar seus recursos, pessoas doentes também precisavam deles. A infinidade de dramas que se abateu sobre a sociedade brasileira desgastou a equipe econômica, que, inexperiente e atônita, mal conseguia explicar suas normas básicas. Foi um período de muito sofrimento para milhões de pessoas. Ainda assim, em função do descrédito do governo anterior e da benevolência que cerca um novo governo, o plano se manteve e foi aprovado pelo Congresso Nacional (Fico, 2015, p.119).

Além de descrever as dificuldades e o sofrimento que a medida trouxe para alguns grupos sociais, o autor retrata que o drama vivido pela sociedade brasileira fez com que a equipe econômica se encontrasse desgastada, e que não obtinha êxitos ao tentar

explicar suas próximas ações. Apresenta também que mesmo com todas essas intempéries e em decorrência da falta de aprovação do governo anterior, o plano se manteve e continuou a vigorar com a aprovação do Congresso Nacional, possivelmente por causa do que chama o autor de “benevolência” sobre o novo governo. Todavia, sabe-se que “benevolência” não é uma característica dos políticos brasileiros que ocupam cargos na Câmara e no Senado. Seria preciso aprofundar essa análise para que pudéssemos compreender melhor o contexto que levou a aprovação da medida pelo parlamento brasileiro.

Outro ponto considerável da análise do autor sobre a vida social depois do plano são as exceções que o governo concedeu a alguns grupos sociais para que pudessem sacar suas economias. Segundo Fico (2015), doentes graves e pessoas acima de 65 anos de idade podiam sacar seus recursos, foi o que ficou chamado na época de “torneirinhas”. Todavia, o autor também tece críticas sobre a forma como foi aplicada essas exceções, classificando-as como incompreensíveis e apontando que foram aplicadas a somente determinados grupos. “Com o tempo, as “torneirinhas” foram sendo autorizadas, sem critérios compreensíveis, estabelecendo descompassos e incredulidade, pois alguns setores e grupos eram beneficiados por terem as “torneirinhas” abertas e outros, não” (Fico, 2015, p. 120).

Ainda no campo das consequências sociais do confisco, o historiador interpreta que além das dificuldades já mencionadas, algumas pessoas encontraram, inclusive, outra maneira de conseguir mediar as suas compras:

Ademais, as pessoas tentavam encontrar saídas, trocando produtos por moeda. Por exemplo, como não era possível deixar de se locomover, as empresas de ônibus passaram a amearhar a moeda disponível e se tornaram um parceiro importante para alguns negócios. Um empresário podia não ter dinheiro para comprar os produtos de que necessitava, mas talvez tivesse produtos que interessassem a outros e fazia o velho escambo. (Fico, 2015, p.120)

Como é descrito, sem a possibilidade de utilizar o papel moeda, as pessoas optaram pela troca de produtos, o escambo. O que chama a atenção é que a conjuntura brasileira, retratada por Fico, era tão tensa e complicada que algumas pessoas tiveram que, para conseguir seus itens de consumo, recorrer ao escambo, uma das formas de troca mais primitivas da humanidade.

Ademais, sobre como ficou a inflação nos meses seguintes, segundo Fico: “A inflação caiu para 7,59% em maio, mas voltou a subir” (Fico, 2015, p. 120). Nota-se que o Plano não obteve os resultados esperados. Diante do fracasso do plano em conter a

inflação, Fico argumenta que “Zélia Cardoso de Mello não tinha condições de permanecer no cargo, depois da arrogância e ineficácia com que anunciou e gerenciou o Plano Collor. O fracasso do plano e o retorno da inflação a tiraram do cargo” (Fico, 2015, p. 120). Fico apresenta intensas críticas à gestão da ministra da economia Zélia Cardoso de Mello, e é evidente que para o autor o plano não funcionou e que a responsabilidade seria da ministra.

Após a saída de Zélia Cardoso, assumiu o ministério da economia o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira. Fico (2015) argumenta que o novo ministro, depois das medidas impactantes e ineficientes do Plano Collor, optou por não fazer novas mudanças bruscas e, por conseguinte, trabalhou para devolver no prazo estabelecido o dinheiro retido pelo plano e tentou garantir um padrão de rotina e legalidade que fosse capaz de reconstruir a credibilidade do sistema.

Acerca da política de privatizações e da abertura da economia para o mercado internacional, Fico (2015) argumenta que o governo Collor foi um grande fracasso, mas que começou processos de média e longa duração que, segundo analistas, foram benéficos para o país. Fico (2015) descreve que a privatização de estatais e a abertura comercial para o exterior são alguns desses processos. Neste quesito, o autor apresenta novas perspectivas ao mencionar que as privatizações e a abertura comercial foram benéficas ao país.

O historiador realiza um comentário sobre o perfil do presidente. Ao abordar sobre sua forma de governar, Fico (2015) descreve que mesmo sendo autoritário, arrogante e voluntarioso, Collor parecia ter bons diagnósticos sobre as limitações do Estado brasileiro. Fico aparenta “justificar” esse comentário apontando para as questões da indústria nacional e na área da informática. Fico (2015) argumenta que o país estava reduzido no que tange à informática e à indústria automobilística, e visto isso, prevaleceu entre 1977 e 1991, uma política nacional que estabeleceu que somente empresas de capital nacional podiam atuar nos ramos da informática. O autor coloca em questão uma informação que não fora mencionada pelos historiadores anteriores, quando menciona aspectos que, para ele, são positivos.

Em resumo, Fico (2015) retrata dessa forma breve o projeto econômico do governo Collor. O historiador opta por não dar continuidade maior acerca da análise do projeto econômico do governo e suas consequências, ao invés, o autor finaliza o capítulo expondo sobre os casos de corrupção e o *impeachment* do ex-presidente.

3) O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello

O terceiro texto a ser analisado é um capítulo do livro *O Brasil Republicano, volume 5 - O tempo da nova república*, publicado em 2018 e que tem como seus organizadores os historiadores Jorge Luiz Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado.

O capítulo do livro que será analisado, intitula-se “O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello”, de autoria de Brasílio Sallum Jr, graduado em Ciências Sociais e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.¹⁰ Seus trabalhos dão enfoque nas áreas de Sociologia Política, Teoria Sociológica e Estratificação Social. Entre suas obras, merece destaque os livros *O impeachment de Fernando Collor: Sociologia de uma crise, Labirintos - Dos Gerais a Nova República e Brasil e Argentina Hoje. Política e Economia*. Atualmente, é professor colaborador sênior do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da USP.

Tratando inicialmente das características de Fernando Collor, Sallum Jr. (2018) argumenta que Collor deferia ataques ao gigantismo do Estado e aos “marajás”, pessoas que se aproveitavam do dinheiro público sem merecer e sem trabalho. Argumenta também que Collor era mais adepto a um reformismo liberal para quebrar com o caráter fechado da economia brasileira e transformar o Brasil em um país de “primeiro Mundo”.

Acerca dos meses subsequentes a vitória de Collor, Sallum (2018) argumenta que a sensação de crise foi aumentando, pois, a inflação continuou aumentando com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) indo de 51,3% ao mês em dezembro de 1989, para 68,2% em janeiro, 74% em fevereiro até atingir 82,2% em março de 1990. Todavia, a população aumentava sua esperança no seguinte governo. “Ao mesmo tempo, porém, foi crescendo [...] a esperança da população no futuro governo. Para isso contribuiu a intensa campanha de marketing político desenvolvida pela equipe do futuro chefe de Estado. Collor se apresentava como jovem, vigoroso, econômico com o dinheiro público” (Sallum, 2018, p. 165). Na interpretação do sociólogo, a população manteve a esperança no futuro presidente não pelas suas propostas de governo, mas sim pela forma que ele apresentava sua imagem.

Ademais, sobre o nome para o ministério da economia, Sallum (2018) descreve que a escolha fundamental recaiu em Zélia Cardoso de Melo, economista de 36 anos, que Collor conheceu quando governava Alagoas. Desde a eleição, ela chefiava a equipe

¹⁰ Informações de acordo com a plataforma Lattes CNPq. Link: <http://lattes.cnpq.br/4447284158830848>

econômica “de transição” e acabou sendo escolhida como ministra, em vez de outros candidatos qualificados e bastante experientes apresentados ao presidente por empresários do Rio de Janeiro e São Paulo. A respeito do que pensa sobre a escolha da ministra para o cargo, Sallum descreve:

A escolha de alguém de menor peso acadêmico ou político, ainda que qualificada, era mais do que justificada, pois o presidente eleito reiterou diversas vezes que seria o responsável pela política econômica, além de antecipar algo do conteúdo desta política, ao afirmar que derrubaria a inflação por ippon, golpe decisivo no judô. (Sallum, 2018, p. 166)

Além de classificar a escolha como crucial para o governo, o autor apresenta a futura ministra como sendo alguém de menor peso político e acadêmico e é isso que justifica a sua escolha para chefiar o ministério. Zélia foi escolhida, pois o futuro presidente afirmava que ele seria o responsável pela condução da política econômica, o que explica ter optado por alguém mais jovem e sem peso político para o Ministério da Economia. O mandatário queria a responsabilidade da economia para si, e não a destinar a alguém de grande peso político (ou menor, no caso da ministra).

Abordando acerca do plano econômico, Sallum (2018) descreve que as medidas causaram um impacto extraordinário na vida econômica nacional, e que o plano englobava outras diferentes áreas da economia, como reforma fiscal, privatizações, políticas de renda, política cambial e comércio exterior. Não obstante, o autor classifica a Medida Provisória nº168 como elemento central do plano, uma vez que pretendia fazer uma reforma monetária.

Ademais, Sallum (2018) afirma que o objetivo que o governo tinha em mente com a reforma monetária era o de reduzir a enorme quantidade de dinheiro em circulação. Para isso, o plano atingiu igualmente o dinheiro em depósito e em forma de títulos, que poderiam ser transformados em moeda. Sobre a forma que o poder governamental realizou tal medida, Sallum explica:

Como se fez isso? A reforma monetária substituiu o cruzado novo, a moeda corrente de então, pelo cruzeiro. Esta substituição ocorreu de duas formas principais: permitiu que o dinheiro nas mãos do público e os depósitos à vista e das cadernetas de poupança até 50 mil cruzados novos fossem usados como cruzeiros; e permitiu a conversão em cruzeiros de 20% dos demais ativos financeiros, na data do vencimento dos títulos. Todo o restante dos cruzados novos existentes em depósitos bancários e aplicações financeiras seria retido no Banco Central e devolvido – com correção monetária e juros de 6% – em 12 parcelas mensais a partir de setembro de 1991 (Sallum, 2018, p. 168).

Cabe apontar que, no momento em que apresenta sua interpretação da reforma monetária, o autor não descreve os efeitos que isso causou na vida social das pessoas, um fator presente já no início das análises dos outros autores.

Seguindo com a análise do Plano, Sallum (2018) argumenta que com a tentativa de ajuste fiscal, o governo tinha o objetivo de atingir um superávit de 2% nas contas públicas do PIB, e que, para isso o governo instituiu o imposto sobre operações financeiras (IOF), paralisou os incentivos fiscais destinados aos investimentos do Nordeste e da Amazônia e realizou uma reforma administrativa que incluía demissão de funcionários e fim do salário indireto a servidores públicos.

Acerca da política de preços e salários, Sallum descreve:

No que diz respeito à política de rendas (preços e salários), houve congelamento de preços até 1º de maio – com liberalização gradual a partir desta data – e fixação do reajuste salarial de março conforme o IPC de fevereiro (72,87%). A partir de 15 de abril, o governo anunciou a prefixação mensal da taxa de correção dos salários, embora estes pudessem ser ultrapassados pela livre negociação desde que os adicionais concedidos não fossem repassados aos preços. (Sallum, 2018, p. 169)

Ao adentrar então nas consequências sociais do plano, Sallum descreve:

esta reforma atingiu e onerou as classes proprietárias e empresariais, a classe média profissional e, mesmo, as camadas superiores dos trabalhadores assalariados urbanos; enfim, onerou todos aqueles que mantinham parte de haveres como riqueza indexada, aplicada em títulos ou poupança com correção monetária e juros. (Sallum, 2018, p. 169)

O autor argumenta que o Plano causou um endividamento pesado da classe empresarial e daqueles que dependiam de parte de uma riqueza indexada.

Sobre as consequências aos trabalhadores assalariados, Sallum apresenta que “a grande massa de trabalhadores assalariados não foi prejudicada, já que, de um lado, tiveram reajustes reais de salários e, de outro, suas eventuais economias foram em geral preservadas, pois cerca de 90% das cadernetas de poupança não foram atingidas pelo bloqueio” (Sallum, 2018, p. 169). Sallum vai na contramão dos outros autores analisados ao dizer que a massa de trabalhadores não foi prejudicada pelo Plano, algo que Carlos Fico, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling descreveram de forma enfática ao analisar as consequências sociais do contexto econômico.

Ao descrever se o plano econômico cumpriu ou não o seu objetivo, Sallum (2018) argumenta que a inflação, inicialmente cedeu, mas logo os preços retomaram o ritmo acelerado e que, portanto: “o Plano Collor acabou fracassando no seu objetivo

político central, liquidar a inflação – como afirmara o presidente, ainda que o Plano Collor afastasse o país do abismo hiperinflacionário em que ameaçava cair no início de 1990” (Sallum, 2018, p.170)

O autor apresenta os números da inflação dos meses seguintes e é sucinto em afirmar que as medidas econômicas não cumpriram com o objetivo principal de acabar com a inflação num golpe único. Todavia, algo que não foi apontado anteriormente e que o sociólogo atesta em sua análise, é que o Plano Collor não foi de todo ruim, uma vez que, afastara o Brasil de cair em um “abismo hiperinflacionário”, nas palavras do autor.

Outro fator importante que o autor apresenta são as privatizações de empresas públicas que se concretizaram durante o governo Collor. Sallum (2018) argumenta que nessa área o governo foi mais consistente, tendo em consideração que até setembro de 1992, já haviam sido privatizadas catorze empresas públicas.

Uma questão necessária que é pouco falada pelos historiadores é a de como o governo teve a legitimidade política para conseguir aprovar a grande maioria das medidas econômicas, visto que no Brasil o Estado é administrado também por um poder legislativo e judiciário. Sobre essa problemática, Sallum (2018) argumenta que o Plano Collor, ao ser lançado, em março de 1990, não encontrou uma grande oposição entre os partidos de centro e de esquerda, e que a situação econômica crítica deu ao presidente maior liberdade de ação. Não obstante, segundo o autor, o Supremo Tribunal Federal (STF) legalizou o confisco provisório e o congresso aprovou com poucas mudanças as medidas provisórias do Plano Collor.

O autor argumenta que toda essa situação se deu por duas razões. Segundo Sallum (2018), a primeira é a de que o presidente tinha sobre seu poder o instituto da Medida Provisória, criada pela recente constituição de 1988, que permitia ao presidente emitir determinações que entrariam em vigor na mesma data de publicação, e somente seriam mantidas ou derrubadas com a votação no congresso dentro do prazo de trinta dias. No primeiro ano de governo, o executivo determinou 143 dessas medidas. O outro motivo para a debilidade da oposição no congresso é que estavam fazendo campanha eleitoral para as eleições de outubro de 1990. Cabe questionar aqui se é plausível e moderado que o Presidente da República tenha sobre sua disposição uma medida como essa, que entra em vigor assim que é publicada.

Dando continuidade ao projeto econômico, ao falar sobre o Plano Collor II, Sallum (2018) o classifica como um choque monetário heterodoxo, caracterizado pelo congelamento de preços, nova lei de salários e desindexação de títulos públicos. Como o

segundo plano econômico do governo entrou em vigor em 1991, frente a um novo congresso com parlamentares recém-eleitos, o autor argumenta que Collor passou a negociar o plano no congresso, e se comprometeu a fazer uso das medidas provisórias somente em caso de real urgência. Como mencionado anteriormente, Collor escolheu Zélia Cardoso para o cargo de ministra da economia pois queria ter para si a administração da economia, e essa é uma das diferenças importantes do primeiro e do segundo plano econômico. O primeiro, segundo o autor, foi elaborado pelo presidente com mais autonomia, já o segundo, um ano depois, precisou ser negociado com os parlamentares do congresso.

Independente da forma como foram gerenciados os planos, Sallum (2018) argumenta que o segundo intento do governo contra a inflação se mostrou ineficaz, pois já em maio os preços começaram a subir novamente. Sobre a troca de ministros da economia, Sallum argumenta que isso se deu pelo fato de o governo ter abandonado a tentativa de derrotar a inflação com uma única medida, o que foi sinalizado pela entrada do embaixador Marcilio Marques Moreira no ministério, uma vez que este que era mais ortodoxo, optando por não fazer grandes rupturas. Mesmo assim, Sallum argumenta que as mudanças políticas não foram capazes de deter a inflação. Fica evidente, na análise do autor, que mesmo com as novas negociações do segundo plano econômico no Congresso Nacional e com a nova postura do ministro Marcilio, o governo não conseguiu ser eficaz no combate à inflação.

Brasílio Sallum descreve mais aspectos econômicos que os demais historiadores, entretanto, pouco aborda o aspecto social e entra em divergência com os outros autores sobre como o plano afetou os trabalhadores.

4) Um país chamado Brasil

O quarto e último texto que será analisado se encontra no livro “Um país chamado Brasil”, de autoria do Historiador e comentarista Político Marco Antônio Villa. Villa é Bacharel e licenciado em História pela USP, Mestre em Sociologia e Doutor em História pela mesma universidade¹¹. Tem trabalhos na área da Política brasileira contemporânea, História do Brasil e migração Nordestina. Dentre suas obras, destacam-

¹¹ Informação coletada na última página do livro do autor: VILLA, Marco. **Um país chamado Brasil: a história do Brasil do descobrimento ao século XXI**. Crítica, 2021.

se: *A História das constituições brasileiras e Ditadura À Brasileira: 1964 - 1985 - A democracia golpeada à esquerda e à direita*. Atualmente, possui um canal de vídeos no Youtube (<https://www.youtube.com/@CanalMarcoAntonioVilla>), onde faz suas análises sobre a conjuntura política atual. É considerável citar que Villa é autor do livro *Collor Presidente: trinta meses de turbulências, reformas, intrigas e corrupção*, no qual o historiador faz um trabalho mais detalhado do governo e suas nuances. Nesta análise, o foco se dará na obra *Um País Chamado Brasil: a história do Brasil do descobrimento ao século XXI*, publicado em 2021 pela editora Crítica.

Em primeiro lugar, sobre o contexto brasileiro e o que esperar do novo presidente, Villa (2021) descreve que após trinta anos Collor foi o primeiro presidente da República eleito diretamente por voto popular, e que a expectativa maior estava sobre as medidas de caráter econômico, visto que nos dois meses anteriores (Janeiro e Fevereiro de 1990) a inflação chegou a 169,7%. Igualmente, o autor observa que o Plano Collor foi divulgado em meio a um contexto em que ocorria também a privatização de empresas estatais, demissão em massa de funcionários públicos e extinção de autarquias.

A respeito do pacote econômico, Villa apresenta “Uma nova moeda foi criada, houve o congelamento dos preços e salários e diversas medidas radicais foram adotadas. Uma delas foi o bloqueio por dezoito meses das contas correntes e cadernetas de poupança” (Villa, 2021, p. 314). Para o autor, as medidas do projeto econômico caracterizavam, em parte, uma tentativa brusca de administrar a economia. Mas, o autor não deixa claro em sua argumentação qual era o objetivo do governo com todo aquele pacote de medidas, algo que Sallum descreveu em sua interpretação.

Sobre a opinião do corpo social perante as medidas, Villa (2021) expõe que o plano não teve uma repercussão popular positiva. Da mesma forma, o comércio ficou paralisado e cenas de desespero se disseminaram pelo país. Descrevendo sobre como o novo governo administrou o setor industrial e de comércio exterior, Villa (2021) explica que a nova política dessas áreas desagradou setores que há muito tempo já estavam estabelecidos no mercado nacional.

Posteriormente, ao apresentar os resultados das medidas implantadas por Collor, já em outubro de 1990, Villa (2021) argumenta que houve retorno da inflação, alta taxa de desemprego e retração no PIB, este que fechou com a negativa de 4,9% em um ano em que a média mundial de crescimento foi de 2,9% positivo. Na contagem do acúmulo anual da inflação, o resultado foi de 1476%, a segunda maior da história brasileira segundo o autor. E sobre a dívida externa, aumento de mais de 10% chegando a 123

bilhões de dólares. Todos esses fatores geraram uma enorme queda na popularidade do presidente, escreve o autor. É nesse momento que deixa claro que para ele “O Plano Collor tinha fracassado” (Villa, 2021, p. 316).

Ademais, Villa (2021) argumenta que os resultados negativos da economia de forma sucessiva fizeram com que pela primeira vez naquele governo se falasse em impeachment. Da mesma forma, Villa diverge dos historiadores anteriores, visto que em nenhum analisado anteriormente o debate inicial sobre o impeachment foi mencionado como consequência dos resultados negativos da economia.

O contexto internacional e o neoliberalismo

Após descrever a forma como os autores e autoras interpretaram o período histórico do Governo Collor em 1990 no Brasil, faz-se necessário explorar alguns pontos. E, apresentar se há algo em que os autores e autoras convergem ou divergem em suas opiniões acerca daquele momento histórico.

Um ponto considerável que pode ser explorado na argumentação de Schwarcz e Starling, Sallum, Fico e Villa é acerca da relação das medidas econômicas do governo Collor com o contexto internacional, mais precisamente, com a orientação norte-americana. Deve-se destacar que poucos meses antes de Collor tomar posse, ocorreu nos Estados Unidos, o Consenso de Washington. O evento ocorreu na capital estadunidense e reuniu funcionários do governo norte-americano, dos organismos financeiros mundiais (FMI, Banco Mundial e BID) e economistas latino-americanos. Segundo o diplomata Paulo Nogueira Batista (1994) o objetivo do encontro foi “proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. [...] Com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas” (Batista, 1994, p. 5).

A avaliação realizada em Washington, segundo Batista (1994), assinalou um amplo consenso sobre a excelência das reformas que estavam sendo implementadas nos países latino-americanos, com exceção, naquele momento, ao Brasil e ao Peru. Portanto, Batista (1994) pondera que se confirmou a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha recomendando obstinadamente como condição para conceder assistência financeira externa, seja de forma bilateral ou multilateral. Em suma, os países que adotassem as reformas neoliberais como recomendação do governo estadunidense receberiam apoio financeiro.

Faz-se necessário apresentar breves considerações acerca do conceito de neoliberalismo, visto que era a base das recomendações propostas em Washington. Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, com ideias fortemente contrárias ao intervencionismo estatal e ao estado de bem-estar social, tendo como um de seus principais autores de origem, Friedrich Hayek. Cabe destacar que durante os anos 1970, argumenta Anderson (1995), a prioridade imediata do neoliberalismo era de deter a inflação daqueles anos, e que nessa missão seu sucesso foi inegável.

Esse ideário neoliberal começou a ganhar mais terreno, segundo Anderson (1995), com a crise do petróleo em 1973. Nesse período, os países do mundo capitalista avançado entraram em recessão, com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento. Foi nesse contexto que o neoliberalismo conseguiu se expandir, aparecendo como o “remédio” para a crise. Anderson (1995) descreve a solução apresentada pelo ideário liberal: manter um Estado forte, mas somente para romper o poder dos sindicatos e para controlar o dinheiro.

A primeira experiência neoliberal se deu em um país da América Latina. Segundo Anderson (1995), o Chile sob a ditadura de Pinochet foi o primeiro ciclo neoliberal da História Contemporânea. Dentro do programa econômico chileno estavam incluídos a desregulação, o desemprego massivo, a repressão aos sindicatos, a redistribuição de rendas a favor dos mais ricos e a privatização. Nesse contexto de experiência neoliberal no Chile, Anderson (1995) afirma que o pressuposto do programa era abolir a democracia e instalar uma das ditaduras militares mais cruéis do mundo pós Segunda Guerra.

Cabe comentar sobre o país que Perry Anderson classifica como o governo neoliberal mais puro, a Inglaterra de Margaret Thatcher. Durante seu governo, segundo Anderson (1995), houve diminuição da emissão monetária, diminuição dos impostos sobre grandes rendimentos, abolição do controle do fluxo financeiro, aumento massivo do nível de desemprego, nova legislação anti-sindical, cortes de gastos sociais e um amplo programa de privatizações. Anderson (1995) classifica todo esse pacote de medidas como sendo o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais. A historiografia brasileira que foi aqui analisada, apresenta medidas adotadas pelo governo Collor, em seu projeto econômico, que são semelhantes as impostas por Thatcher na Inglaterra. Não obstante, não apresenta a relação entre os contextos.

Quanto a Europa, segundo Anderson (1995), os governos eleitos de direita colocaram em prática um neoliberalismo mais contido do que o do Reino Unido, com enfoque na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, deixando mais de lado os enormes cortes de gastos sociais e o colisão com os sindicatos. Cabe acrescentar que nesse contexto, a França sob o comando de François Mitterrand, acrescenta Anderson (1995), tentou colocar em prática uma política de pleno emprego e proteção social, mas logo em 1982, o governo foi forçado pelos mercados financeiros internacionais a se aproximar do ideário ortodoxo neoliberal.

Sobre a experiência neoliberal na Bolívia, durante o governo de Victor Paz Estenssoro, Anderson (1995) argumenta que no caso boliviano não foi necessário fraturar o movimento operário como ocorrera no Chile, mas sim deter a hiperinflação. A Bolívia, segundo Anderson (1995), é a experiência que comprova que nem sempre é necessário de um regime ditatorial para pôr em prática o plano neoliberal. No caso Boliviano, “há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas” (Anderson, 1995, p. 11).

Em relação a experiência neoliberal em países do Leste Europeu e da Rússia, Anderson (1995) classifica que não há neoliberais mais intransigentes do que os reformistas do Leste. Anderson (1995) pondera que os novos administradores das economias na Polônia, Rússia e República Tcheca eram e são adeptos as ideias de Hayek. Nesses países foram realizadas privatizações mais amplas e rápidas do que nos países ocidentais. Ademais, sobre como os países do Leste implementam o neoliberalismo, Anderson (1995) infere que essas nações aceitaram quedas bruscas de produção para sanear suas economias, e que promovem níveis de desigualdade muito mais exagerados que no Ocidente.

Sobre o contexto da América Latina em geral, Anderson (1995) coloca que esse continente se concebe como terceira grande cena das experiências neoliberais. Não obstante, Anderson (1995) aponta que o continente deu início a uma variante neoliberal “progressista”, que mais tarde seria transmitida a Europa, nos anos de euro-socialismo.

Em suma, Anderson ressalta como o neoliberalismo se tornou um pensamento predominante e que no campo político e ideológico chegou num nível inimaginável. Sobre esses fatores, Anderson coloca que:

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham,

disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (Anderson, 1995, p. 17)

De volta ao consenso de Washington, as principais orientações propostas englobavam, segundo Batista (1994), as seguintes áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. Outro fator importante que foi recomendado é a exagerada redução do tamanho do Estado, sendo essa capaz até de colocar em risco a função de garantir a ordem pública e a segurança. Acerca dessa nuance, Batista descreve:

Fala-se em emagrecer o Estado para torná-lo mais eficiente. Mas o que parece se pretender, na verdade, é reduzi-lo a níveis tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal e podem comprometer até a sua missão clássica de provedor de segurança contra ameaças internas à ordem pública ou externas à integridade territorial. A sugestão acolhida em estudos dos organismos internacionais do FMI à ONU de condicionar a cooperação externa à redução de gastos militares e à redefinição das forças armadas pode ter mérito em alguns casos extremos mas configura uma nova e grave incursão na soberania nacional, campo tão vital e sensível como o da formulação de política macroeconômica. (Batista, 1994, p. 20)

Como foi descrito por Anderson e Batista, o neoliberalismo tem como uma de suas principais tarefas o não intervencionismo do Estado e a diminuição de gastos sociais. Esses fatores se fazem presentes nos governos Thatcher e no governo Collor, principalmente no controle da emissão monetária e as privatizações.

Não obstante, como mencionado anteriormente, a missão principal do neoliberalismo durante os anos 70 era de controlar a inflação nos países ao qual foi implementando. Igualmente, mas duas décadas depois, Sallum descreveu que o objetivo do governo Collor para com as primeiras medidas econômicas era de controlar a inflação com um só golpe.

Em relação a adoção do governo brasileiro às recomendações do Consenso de Washington, Gennari (2001) descreve que o governo Collor tratou de implementar uma política econômica e externa que acompanhava de perto as recomendações do Consenso de Washington. O governo colocou em prática uma ousada política de privatizações e de

liberalização econômica, tanto no que diz respeito aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias.

Segundo Batista (1994), Collor estava comprometido na campanha e no discurso de posse com um plano de governo essencialmente neoliberal e de alinhamento aos Estados Unidos. Da mesma forma, Batista (1994) aponta que Collor estava disposto a negociar com o país norte-americano uma revisão da legislação brasileira sobre propriedade industrial, enviando posteriormente ao congresso brasileiro, em forma de projeto de lei, as principais reivindicações estadunidenses.

Considerações finais

Considerando todos os autores descritos da historiografia, cabe mencionar fatores que eles destacaram em suas análises e as críticas mais mencionadas. As duas primeiras autoras, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling, dão enfoque na descrição das consequências sociais do projeto econômico e consideram o governo Collor como ineficaz no que concerne sua política econômica.

Com Carlos Fico, sua abordagem não é muito diferente, mas ele considera que as medidas econômicas eram tentativas desesperadas de controlar a inflação. Fico também argumenta que o plano teve aprovação do Congresso Nacional em razão da benevolência.

Por sua vez, na obra do sociólogo Brasílio Sallum Jr, o projeto econômico apresenta uma interpretação diferente. O autor discute o motivo da escolha da ministra da econômica, o objetivo do governo com o projeto econômico, as diferentes áreas que o projeto influenciou e não somente o confisco, e a política de preços e salários. Sallum afirma também que o Plano Collor não foi todo negativo, pois afastou o Brasil do abismo inflacionário.

O último autor, Marco Antônio Villa, segue a mesma linha dos primeiros autores. Ressalta que as medidas tiveram uma repercussão popular negativa e que o projeto econômico fracassou. Villa apresenta uma perspectiva diferente sobre o *impeachment* de Collor, uma vez que o autor destaca que em decorrência do fracasso do primeiro plano econômico já se colocava em questão o afastamento do presidente.

Em suma, a partir das obras que foram analisadas, há uma área que pode ser aprofundada. Trata-se das recomendações internacionais de caráter neoliberal que foram apresentadas meses antes da posse do governo Collor, bem como a sua adoção em parte

de algumas delas. Como foi descrito por Gennari e Batista, as pautas neoliberais que se faziam presentes no contexto internacional e que orientaram o governo e o projeto econômico de Collor devem ser mencionadas e inseridas no debate histórico e econômico.

Gennari e Batista colocam questões que contribuem para uma melhor compreensão e debate sobre o contexto internacional da época. A orientação que determinado governo recebe de um organismo internacional, seus objetivos e todo o contexto do mundo exterior são questões indispensáveis em qualquer debate histórico, econômico e político. A forma como essas medidas impactaram a vida social das pessoas também deve ser mencionada, uma vez que todo projeto econômico será sentido pelo corpo social.

Portanto, fica evidente a necessidade de não somente detalhar essa lacuna da historiografia, mas colocar dentro dos debates históricos, políticos e econômicos a temática do projeto econômico de um período recente e que influencia a sociedade brasileira até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry et al. Balanço do neoliberalismo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANDOZIA, FRANCINE DE LORENZO. **Passaram a mão na minha poupança - um estudo sobre o impacto do Plano Collor no cotidiano da população brasileira urbana em 1990**' 28/03/2019 275 f. Mestrado em HISTÓRIA ECONÔMICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital USP. Link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04092019-155409/pt-br.php>

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 11, n. 4, 1991.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, v. 16, p. 101-134, 2006.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção. **Economia**, v. 4, n. 2, p. 283-331, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016**. Editora José Olympio, 2018.

FICO, Carlos. História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 13, n. 1 (21), 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Plano Collor e a volta da inflação. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 2, p. 55-61, 1990.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

VILLA, Marco. **Um país chamado Brasil: a história do Brasil do descobrimento ao século XXI**. Crítica, 2021.